

Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional

A **Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, denominada “Companhia” é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 360, conjunto 81, Edifício 360 JK, Vila Nova Conceição, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), tendo como principais objetivos a administração de recursos de terceiros, administração de fundos de investimento, prestação de serviços de consultoria e assessoria financeira e serviços relacionados com o mercado de capitais e tem como acionista a Sul América Holding de Investimentos S.A. (SAHIN), que detém 49% da participação, e a controladora direta FM Holding S.A. (FM Holding), sociedade holding de controle da Família Moll, por meio do usufruto de 51% das ações ordinárias.

Os Administradores da Companhia informam que estas demonstrações financeiras estão sendo divulgadas em conformidade ao artigo 294 da Lei nº 6.404/1976, com redação dada pela Lei Complementar nº 182/2021, que permite as companhias fechadas com receita bruta anual de até R\$ 78.000 realizar suas publicações previstas de forma eletrônica na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.

1.1 Conclusão da aquisição da Órama DTVM pelo BTG Pactual

Em 02 de outubro de 2023, a Companhia assinou documentos definitivos referentes à alienação da participação acionária detida na O10 Participações S.A., controladora da Órama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Órama DTVM), relativa a 25% do seu capital social, no contexto da alienação de 100% da Órama DTVM para o BTG Pactual CTVM S.A. pelo valor global de R\$ 500 milhões sujeito a determinados ajustes (Transação). Após as aprovações regulatórias aplicáveis e o cumprimento de determinadas condições, em 15 de março de 2024, foi concluída a Transação, com a consequente alienação de participação minoritária indireta detida pela SAMI.

Em 12 de abril de 2024, foi concluída a alienação da participação acionária da Companhia na sociedade detentora de participações nas empresas remanescentes da transação ocorrida entre a Órama DTVM e o BTG Pactual mencionada acima, com isso, se encerrou a parceria entre a SulAmérica e os antigos controladores da O10 Participações S.A. / Órama DTVM.

O ganho na alienação do investimento de R\$ 43.294 está registrado em Resultado não operacional.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e incluem a legislação societária, as normas e instruções do BACEN e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pelo BACEN e estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Adicionalmente, as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas conforme determinado pela Resolução BCB nº 2/2020 e Resolução CMN nº 4.818/2020, que entram em vigor a partir 01/01/2021.

A Diretoria aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 27/03/2025.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo:

- Instrumentos financeiros classificados como Títulos para negociação (nota 5).

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Nas demonstrações, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Resumo das práticas contábeis

As práticas contábeis mais relevantes adotadas são:

- O resultado das operações é apurado pelo regime de competência;
- Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente;
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contrato; e
- Os créditos tributários não são ajustados a valor presente.

3.2. Ativos financeiros circulantes e realizáveis a longo prazo

3.2.1. Títulos para negociação

Os títulos e valores mobiliários para negociação adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado.

Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nessa categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada.

Em 31/12/2024 e 2023, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

3.2.2. Recebíveis

Os Recebíveis são ativos financeiros representados pelas contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.3. Investimentos – participações societárias

Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com o fato que as participações acionárias em coligadas e controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

3.4. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras.

O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos em até 5 anos.

Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.5. Provisões para ações judiciais

A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação

do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico interno e pela Administração da Companhia.

3.5.1. Trabalhistas

Os processos trabalhistas passam por um acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, e os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido.

Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais. Os processos trabalhistas são atualizados considerando o índice de correção monetária individualizado por processo, de acordo com as regras de modulação estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Neste caso, os processos podem ser atualizados apenas pela Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), ou pelos índices Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou Taxa Referencial (TR), com incidência de juros de 10,79% (10,65% em 2023). Os processos previdenciários, por sua vez, são atualizados apenas pela SELIC.

As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo não circulante na rubrica "Outras obrigações - provisões".

Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, pela SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente.

3.5.2. Fiscais

As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica de "Outras obrigações - provisões", no não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados em rubrica própria, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente.

3.6. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Diretoria, ao se manifestar sobre as demonstrações financeiras, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos declarados pela Diretoria é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras.

3.7. Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para instituições financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e utilize premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e créditos tributários.

Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos, que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem.

Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas notas explicativas de títulos e valores mobiliários (nota 5), créditos tributários de impostos e contribuições (nota 7) e provisões para ações judiciais (nota 13).

3.8. Depósitos judiciais e fiscais

Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo realizável a longo prazo e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre

esse ativo são reconhecidos no resultado.

3.9. Normas e interpretações novas e revisadas

3.9.1. Normas Internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeitos ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras.

- Alterações ao IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante – Em vigor a partir de 01/01/2024, alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2024 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia.

- **Adoção da Resolução CMN nº 4.975/2021 (IFRS 16) em 1º de janeiro de 2025.**

O CPC 6 (R2) / IFRS 16 – Arrendamento mercantil, entra em vigor para empresas reguladas pelo BACEN a partir de 01/01/2025, exige que os ativos de direito de uso sejam reconhecidos inicialmente na rubrica ativos de arrendamentos, no ativo não circulante, em contrapartida a um passivo de arrendamento representado pelas obrigações totais a pagar do contrato, descontadas a valor presente, reconhecidas na rubrica contas a pagar circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de liquidação das obrigações. Adicionalmente, o resultado do exercício é impactado de forma linear, pela depreciação dos ativos de arrendamento de acordo com vigência dos contratos, reconhecidos nas despesas administrativas, e pela atualização das obrigações a pagar com os juros incorridos nos períodos divulgados, reconhecidas no resultado financeiro. Os arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor, podem ser reconhecidos diretamente no resultado, conforme isenções permitidas no CPC 06 (R2).

A companhia irá adotar o CPC 06 (R2) / IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção, de R\$ 138, será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2025, sem atualização das informações comparativas.

- **Adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 (IFRS 09) em 1º de janeiro de 2025.**

A Resolução CMN nº 4.966, de 25/11/2021, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no COSIF em relação aos padrões internacionais.

A maioria dos dispositivos da nova Resolução entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025, com algumas ações de implantação e reportes iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022. A Companhia efetuou as avaliações de impacto e alterações necessárias para atender sua implementação e sobre a identificação e tratamento dos impactos esperados, conforme requerido pelo art. 76 dessa Resolução.

A Companhia avaliou internamente as alterações que a nova Resolução traz e efetuou a implementação ao longo dos anos de 2022, 2023 e 2024, estando aptas para aplicação a partir de 1º de janeiro de 2025. Abaixo o resumo referente ao plano de implementação da regulamentação contábil realizado pela Companhia, que foi aprovado pelo Conselho de Administração, em 27/05/2022, o qual ficou à disposição do BACEN até 31 de dezembro de 2022 conforme a Resolução CMN nº 5.019/2022.

Durante 2022 a Companhia efetuou as seguintes atividades dentro do alcance da nova Resolução para a primeira fase de implementação: elaboração e aprovação dos modelos de negócio da Companhia para gestão de ativos financeiros; implementação do teste de SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*), que é um conceito novo trazido pela norma; modelagem de *Impairment*, de acordo com a nova Resolução, nos ativos financeiros e nas contas a receber da Companhia; adequações e atualizações na parametrização contábil dos sistemas; avaliação dos impactos nas demonstrações financeiras; e avaliação dos impactos junto à área de riscos corporativos da Companhia e a outras normas do BACEN e durante o exercício de 2023 a Companhia entrou na fase de revisão dos possíveis impactos da implementação.

No decorrer do ano de 2024, a Companhia realizou os ajustes necessários na parametrização contábil e a revisão dos impactos da implementação.

De acordo com a Resolução, a classificação dos ativos financeiros deve ser realizada através de uma análise conjunta das características de fluxos de caixa contratuais e do respectivo modelo de negócios para a gestão desses ativos. O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, elimina as antigas categorias do CPC 38, para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. As três categorias para classificação dos ativos financeiros são: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao custo amortizado.

Os ativos financeiros com fluxos de caixa contratual formados exclusivamente por principal mais juros, tem a sua classificação vinculada

aos objetivos dos modelos de negócios para a gestão desses ativos, conforme quadro a seguir:

Modelo de Negócios	Classificação	Reflexo
Recebimento de fluxos de caixa contratuais.	Mensurado subsequentemente a custo amortizado.	Juros conforme a curva do ativo: Resultado do exercício.
Recebimento de fluxos de caixa contratuais ou negociação.	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes.	Juros conforme a curva do ativo: Resultado do exercício. Diferença entre o valor justo e o preço do ativo na curva: patrimônio líquido.
Nenhum dos anteriores.	Valor justo por meio do resultado.	Variações no valor justo diretamente do resultado do exercício.

A recepção do CPC 48 impactará a mensuração e a classificação dos ativos financeiros, em virtude da análise conjunta dos fluxos de caixa contratuais e o modelo de negócios para a gestão desses ativos e em função das novas regras de apuração da provisão de *impairment* de ativos financeiros baseada na perda de crédito esperada ao invés de perda incorrida.

Considerando as implementações acima, a Companhia realizou uma avaliação do impacto da adoção da Resolução em suas operações e demonstrações financeiras e não identificou impactos significativos até o momento, considerando que as práticas contábeis adotadas pela Companhia já se encontravam, substancialmente, consistentes com os requerimentos pela nova Resolução.

O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como o BACEN, não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

4. Gerenciamento de riscos

O processo de gestão de riscos (“*Enterprise Risk Management – ERM*”) da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigentes.

Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma:

- **Identificação dos riscos**

Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos.

- **Quantificação dos riscos**

Os riscos são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos.

- **Resposta aos riscos**

De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigentes, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos.

- **Monitoramento e reporte**

As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios elaborados pela área de riscos, a qual os reporta à Unidade de Negócio e à Diretoria.

Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio de Referência em relação ao Patrimônio de Referência Exigido, requerido mensalmente pelo regulador.

O Apetite a Riscos tem por objetivo criar fronteiras para assunção dos riscos pela Companhia, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites.

A área de controles internos da Companhia tem a função de realizar avaliações contínuas, através de testes de eficácia, para se certificar da presença e do funcionamento dos controles.

O programa de gestão de riscos está estruturado sob o conceito de linhas de atividades diretas na Gestão de Riscos, conforme melhores práticas internacionais, nomeado como Modelo das Três Linhas. Segundo o IIA (*The Institute of Internal Auditors*), o Modelo de Três Linhas ajuda as organizações a identificarem estruturas e processos que melhor auxiliam no atingimento dos objetivos e facilitam uma forte governança e gerenciamento de riscos. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha. Esta segunda gestão do risco (2ª linha) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo avaliações independentes e complementares sobre os riscos e controles gerenciados pela primeira linha. Após a atuação da primeira linha, o objetivo da segunda linha é identificar e quantificar os riscos, juntamente com seus respectivos controles, que poderão produzir desvios nos resultados dos negócios. Responsável também por estabelecer uma visão holística sobre o tema, devendo produzir alinhamento e integração entre as metodologias de gestão de riscos utilizadas em cada uma das operações da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha).

O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta, incluindo os riscos sociais, ambientais e climáticos.

4.1. Riscos de mercado

Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas.

A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica. Esta política estabelece e descreve as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles:

- Metas de rentabilidade;
- Limites de risco;
- Prazos máximos para alocação dos ativos; e
- Liquidez mínima exigida.

A área de Investimentos, faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos.

O VaR (*Value at Risk*) e Teste de Estresse (*Stress Test*) são apurados na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do Apetite a Risco de mercado estabelecido.

4.2. Riscos de crédito

Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumprí-los nos termos em que foi acordado.

Os limites relativos às aplicações financeiras são estabelecidos através de um Comitê de Crédito que se reúne mensalmente, podendo haver convocações extraordinárias quando necessário.

A composição da carteira da Companhia possui cotas de fundo de investimentos administradas por instituição de primeira linha, não pertencente ao grupo.

Vale ressaltar que a Companhia não investe diretamente em crédito privado, tendo alocado sua carteira em fundos classificados como renda fixa.

A carteira é composta de investimentos de baixo risco e de curto prazo, caracterizando, desta forma, um perfil conservador e de alta liquidez, classificando como insignificante os riscos de crédito e mercado.

4.3. Riscos operacionais

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia.

O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações.

Neste sentido, a Ouvidoria da Companhia desempenha um papel importante na busca pela excelência operacional. Esta compõe a segunda linha da organização, contribuindo para maior proximidade com os clientes, apurando os fatos, realinhando estratégias e

criando soluções para que a experiência do cliente seja positiva.

A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação dos riscos e controles e na resposta aos riscos.

Além disso, a área de Controles Internos dá suporte ao processo de ERM ao realizar testes de aderência dos controles relacionados aos riscos operacionais.

O processo de identificação de riscos operacionais e seus respectivos controles é realizado em reuniões com os pontos focais de cada processo. Após o processo de identificação dos riscos operacionais, é realizada avaliação qualitativa desses riscos além das avaliações dos seus respectivos mitigadores, incluindo testes de controle dos riscos classificados como médio e alto. Esta metodologia também contempla avaliação financeira dos riscos identificados, sempre que possível, utilizando-se os dados constantes nas bases de dados da Companhia.

Utilizando-se as avaliações qualitativa e quantitativa dos riscos, classificam-se todos os riscos operacionais em risco alto, risco médio e risco baixo.

4.4. Riscos legais e compliance

Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais.

4.4.1. Gestão dos riscos legais

Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações.

4.4.2. Gestão dos riscos de compliance

A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos reguladores e fiscalizadores, mediante elevados padrões de integridade, excelência ética e aderência à legislação e normas internas.

O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentação aplicáveis aos negócios, por meio da conscientização de conduta legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros, bem como que previna e detecte violações as leis e regulamentação através da identificação e gestão do risco de compliance, assim como facilite a defesa das posições relativas à compliance da organização perante os órgãos reguladores.

4.5. Análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade de variação da receita, obtida através da taxa dos fundos de investimentos sob Administração da Companhia. A análise foi aplicada sobre o PL sob administração do mês atual, desconsiderando dupla contagens e uma estimativa de taxa de administração média anual.

Foram consideradas três hipóteses, “provável”; “remoto”; e “improvável”, aplicados sobre a condição de perda de PL sob AUM (Asset Under Management).

As hipóteses consideradas contemplam reduções de -3%, -6% e -9% no PL.

	2024				2023			
	% de Queda	Perda Esperada	Estimativa de Receita	<> Receita	% de Queda	Perda Esperada	Estimativa de Receita	<> Receita
Provável	3%	(4.461)	144.247	-3%	3%	(3.273)	105.833	-3%
Remoto	6%	(8.923)	139.785	-6%	6%	(6.546)	102.560	-6%
Improvável	9%	(13.384)	135.324	-9%	9%	(9.820)	99.287	-9%

4.6. Gestão dos riscos sociais, ambientais e climáticos

Ademais das categorias previamente mencionadas, a Companhia inclui em seu sistema de gerenciamento de riscos o risco social, o risco ambiental e o risco climático. Estes riscos podem ser materializados em quaisquer das categorias previamente mencionadas. A Companhia considera a incorporação destes riscos nos processos de gerenciamento de acordo com a materialidade do impacto para o negócio.

O risco social é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum.

O risco ambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

O risco climático é definido em duas vertentes: a) o risco climático de transição, possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono; e b) o risco climático físico, possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

4.7. Gestão de capital

A Companhia monitora e reporta à sua administração mensalmente sua solvência através de relatórios gerenciais, indicando quando necessário a adequação de capital. Como avaliação dos possíveis impactos em capital, são realizados testes de estresse com o objetivo de simular eventos severos e condições extremas de mercado.

O BACEN, por meio da Resolução CMN nº4.955, de 21/10/2021, regula os critérios de apuração do Patrimônio de Referência (PR) e por meio da Resolução CMN nº 4.958, de 21/10/2021, regula os critérios para a apuração do requerimento mínimo do PR e suas respectivas parcelas. Em 2024 e 2023, a Companhia esteve enquadrada nos referidos limites das resoluções supracitadas.

A tabela, abaixo, demonstra a aderência do Patrimônio da Companhia ao capital regulatório exigido.

Descrição	2024	2023
Patrimônio de referência	209.405	116.792
Patrimônio de referência exigido	12.730	12.181
Margem limite de compatibilização	196.675	104.611

5. Títulos e valores mobiliários

Descrição	2024		
	Títulos para negociação		Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	
Cotas de fundos de investimentos	191.104	191.104	191.104
Cotas de fundos de investimento não exclusivos	191.104	191.104	191.104
Subtotal	191.104	191.104	191.104
Percentual total - contábil		100,00%	
Total Circulante			191.104

Descrição	2023		
	Títulos para negociação		Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	
Cotas de fundos de investimentos	104.074	104.074	104.074
Cotas de fundos de investimento não exclusivos	104.074	104.074	104.074
Subtotal	104.074	104.074	104.074
Percentual total - contábil		100,00%	100,00%
Total Circulante			104.074

2024

Descrição	Sem vencimento	Até 1 ano	Mais de 1	Mais de 2	Mais de 5	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil
			ano e até 2 anos	anos e até 5 anos	anos e até 10 anos				
Instrumentos financeiros									
Aplicações financeiras	191.104	-	-	-	-	191.104	191.104	-	191.104
Títulos para negociação	191.104	-	-	-	-	191.104	191.104	-	191.104

2023

Descrição	Sem vencimento	Até 1 ano	Mais de 1	Mais de 2	Mais de 5	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil
			ano e até 2 anos	anos e até 5 anos	anos e até 10 anos				
Instrumentos financeiros									
Aplicações financeiras	104.074	-	-	-	-	104.074	104.074	-	104.074
Títulos para negociação	104.074	-	-	-	-	104.074	104.074	-	104.074

Tendo em vista a composição do portfólio de investimento da Companhia, não há exposição à riscos atrelados a liquidez dos ativos.

5.1. Análise de sensibilidade das aplicações

As métricas de risco utilizadas na elaboração das análises de sensibilidade das aplicações financeiras são:

- A metodologia de *Value at Risk* (VaR) paramétrico utilizando nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e *duration* nos quais cada ativo pode estar alocado. A carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e
- DV01 (*dollar-value* ou *value for one basis-point*), que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa, verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um *basis-point* (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Para a apuração dos valores para renda variável, considera-se a variação de 1% na posição.

Em 31/12/2024 e 2023, o cálculo do ganho ou perda esperada em um dia no resultado e no patrimônio líquido através da metodologia VaR e da metodologia DV01, tem efeito zero.

5.2. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado

Os ativos mantidos em carteira são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

Os instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo:

Nível 2:

Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Cotas de fundos de investimentos

Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada.

2024

Descrição	Nível 2	Total
Ativos financeiros		
Títulos para negociação	191.104	191.104
Total	191.104	191.104

2023

Descrição	Nível 2	Total
Ativos financeiros		
Títulos para negociação	104.074	104.074
Total	104.074	104.074

6. Outros créditos – rendas a receber

Descrição	2024	2023
Taxa de administração - fundos	4.188	3.651
Taxa de performance - fundos	1.130	-
Carteira administrada	416	370
Dividendos a receber	6.263	4.229
Total	11.997	8.250

7. Créditos tributários e previdenciários e tributos diferidos

7.1. Impostos e contribuições a compensar

Descrição	2024	2023
Impostos e contribuições a compensar (nota 7.2)	1.185	1.481
Créditos tributários (nota 7.3)	2.527	2.250
Débitos tributários (nota 7.3)	(1.456)	(1.352)
Total	2.256	2.379
Circulante	987	1.282
Não circulante	1.269	1.097

7.2. Impostos e contribuições a compensar

Descrição	2024	2023
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	114	219
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	268	332
Programa de Integração Social - PIS	135	145
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	668	785
Total	1.185	1.481
Circulante	987	1.282
Não circulante	198	199

7.3. Tributos diferidos

Em 31/12/2024 e 2023, os tributos diferidos são compostos da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 01/01/2023	Benefícios (despesas) adicionais registrados	Saldo em 31/12/2023
Ativo			
Provisão para contingências e obrigações fiscais	969	76	1.045
Provisões indedutíveis	364	841	1.205
Participações nos lucros	138	(138)	-
Outros	-	-	-
Total de ativo fiscal diferido	1.471	779	2.250
Passivo			
Atualização de depósitos judiciais	(1.190)	(162)	(1.352)
Total de passivo fiscal diferido	(1.190)	(162)	(1.352)
Efeito líquido - ativo/ (passivo)	281	617	898
Efeito patrimônio líquido	-	-	-

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Benefícios (despesas) adicionais registrados	Saldo em 31/12/2024
Ativo			
Provisão para contingências e obrigações fiscais	1.045	66	1.111
Provisões indedutíveis	1.205	211	1.416
Total de ativo fiscal diferido	2.250	277	2.527
Passivo			
Atualização de depósitos judiciais	(1.352)	(104)	(1.456)
Total de passivo fiscal diferido	(1.352)	(104)	(1.456)
Efeito líquido - ativo/ (passivo)	898	173	1.071
Efeito patrimônio líquido	-	-	-

As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionadas, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais, dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias e possuem expectativa de realização em até 5 anos.

O valor presente dos créditos tributários detidos pela Companhia, considerando as respectivas datas de realizações destes créditos, projetadas de acordo com o estudo de rentabilidade futura aprovado pela Administração da Companhia é de R\$ 1.844.

8. Investimentos

As principais movimentações no investimento até 31/12/2024 foram:

	Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A.	O10 Participações S.A.(a)	Total
Saldo em 01/01/2023	4.741	64.443	69.184
Amortização do ágio e mais valia	-	(3.686)	(3.686)
Dividendos obrigatórios	(4.229)	-	(4.229)
Equivalência patrimonial	16.877	(1.305)	15.572
Dividendos adicionais propostos	(2.486)	-	(2.486)
Transferência para passivo a descoberto	-	1.305	1.305
Saldo em 31/12/2023	14.903	60.757	75.660
Aumento de capital	16.916	-	16.916
Venda de ações (a)	-	(60.757)	(60.757)
Reflexa de benefício definido	(12)	-	(12)
Dividendos obrigatórios	(6.262)	-	(2.033)
Equivalência patrimonial	26.366	(6.273)	20.093
Dividendos adicionais propostos	(12.687)	-	(12.687)
Transferência para passivo a descoberto	-	6.273	6.273
Saldo em 31/12/2024	39.224	-	39.224

(a) Alienação da participação acionária detida na O10 Participações S.A., conforme nota 1.1.

	2024	
Descrição	Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A.	Total
Ativo	75.635	
Passivo	32.053	
Patrimônio líquido	43.582	
Receita líquida (a)	70.237	
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	29.295	
Percentual de participação (%)	90%	
Valor contábil do investimento	39.224	39.224
Quantidade de ações ordinárias	2.548.592	

	2023		
Descrição	Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A.	O10 Participações S.A.	Total
Ativo	41.225	51.252	
Passivo	24.666	96.104	
Patrimônio líquido	16.559	(44.852)	
Receita líquida (a)	57.001	7.582	
Lucro/ (prejuízo) líquido do exercício	18.752	(7.354)	
Percentual de participação (%)	90%	25%	
Valor contábil do investimento	14.903	(11.213)	3.690
Ágio	-	49.523	49.523
Mais valia	-	11.234	11.234
Quantidade de ações ordinárias	1.537.196	10.396.306	

(a) As receitas referem-se as receitas oriundas da operação deduzidas de suas despesas de vendas, acrescidas das receitas patrimoniais e financeiras.

9. Outras obrigações – obrigações fiscais correntes

Descrição	2024	2023
Provisão para imposto de renda e contribuição social	8.805	4.829
Impostos e contribuições a recolher	1.220	887
Total	10.025	5.716
Circulante	10.025	5.716

10. Outras obrigações – provisões

Descrição	2024	2023
Participações de funcionários e encargos sociais a pagar	7.848	6.666
Provisões para passivos de ações cíveis, trabalhistas e obrigações legais (nota 13.2)	3.129	2.964
Outras	1.088	2.986
Total	12.065	12.616
Circulante	8.936	9.652
Não circulante	3.129	2.964

11. Outras obrigações – diversas

Descrição	2024	2023
Incentivo em ações	5.250	-
Passivo a Descoberto - Coligadas (a)	-	11.213
Outras	385	388
Total	5.635	11.601
Circulante	5.635	11.566
Não circulante	-	35

(a) Alienação da participação acionária detida na O10 Participações S.A, conforme nota 1.1.

12. Partes relacionadas

12.1. Transações

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo	
			2024	2023	2024	2023
Rio's Participação S.A. (nova denominação da Rio's Capitalização S.A.) (a)	Ligada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	2	2	-	-
Saepar Serviços e Participações S.A. (a)	Controladora indireta	Rede D'Or São Luiz S.A.	26	-	-	-
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (c)	Controladora indireta	Traditio Companhia de Seguros	280	265	171	247
(e) (f) Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (e) (i)	Controlada	Sul América Investimentos Distribuidora de Valores Mobiliários S.A.	6.267	4.256	-	-
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (a) (d) (e)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	256	195	21	7
Traditio Companhia de Seguros (a) (e)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	-	-	3	6
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	2	-	-
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	8	8	231	-
Sul América Holding de Investimentos S.A. (i)	Controladora	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	18.589	5.477
Rede D'Or São Luiz S.A. (j)	Controladora indireta	Outros	-	-	5.250	2.304
Total			6.839	4.728	24.265	8.041

Descrição	Categoria	Controladora	Receita			
			Semestre findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2024	Semestre findo em 31/12/2023	Exercício findo em 31/12/2023
Rio's Participação S.A. (nova denominação da Rio's Capitalização S.A.) (a)	Ligada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	12	23	11	22
Saepar Serviços e Participações S.A. (a)	Controladora indireta	Rede D'Or São Luiz S.A.	158	158	-	-
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a)	Controladora indireta	Traditio Companhia de Seguros	2.007	3.964	1.680	3.232
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	721	1.418	660	1.377
Traditio Companhia de Seguros (a)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	-	-	6	6
Sul América Seguradora de Saúde S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	6	6	9	94
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	7	15	421
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	47	93	47	91
Paraná Clínicas - Planos de Saúde S.A. (a)	Ligada	Sul América Serviços de Saúde S.A.	10	10	-	-
Órama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (g)	Coligada	Outros	-	37	-	119
Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas (h)	Outros	Outros	87	161	71	126
Total			3.048	5.877	2.499	5.488

Descrição	Categoria	Controladora	Despesa			
			Semestre findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2024	Semestre findo em 31/12/2023	Exercício findo em 31/12/2023
Sul América Companhia de Seguro Saúde (c)	Controladora indireta	Traditio Companhia de Seguros	-	-	-	(42)
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (d)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	(44)	(87)	(29)	(80)
Sul América Serviços de Saúde S.A. (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	(9)	(18)	(9)	(17)
Total			(53)	(105)	(38)	(139)

(a) Refere-se à taxa de administração e gestão de 0,25% sobre o valor da carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente;

(b) Refere-se ao seguro saúde dos funcionários da Companhia;

(c) Refere-se ao rateio de aluguel dos prédios da Nova Matriz e Pinheiros entre companhias do Grupo;

- (d) Refere-se ao seguro de vida grupal e do plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores;
- (e) Refere-se à conta corrente, rateio e reembolso de despesas relativas à utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa entre empresas do grupo;
- (f) Refere-se ao seguro odontológico dos funcionários da Companhia;
- (g) Refere-se à prestação de serviços;
- (h) Referente da taxa de gestão e administração, recebida pela Companhia e sua controlada SAGA, de fundos exclusivos em que o pessoal-chave é cotista;
- (i) Refere-se aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; e
- (j) Refere-se ao reembolso da Companhia pelo plano de incentivos em ações.

Até 31/12/2024, a Companhia pagou dividendos à controladora SAHIN no montante de R\$ 21.909. Em 2023, não houve pagamento de dividendos e a Companhia recebeu R\$ 2.486 da sua controlada SAGA.

12.2. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Contas a pagar	8.798	2.713
Benefícios de curto prazo a administradores	3.548	2.713
Incentivo em ações	5.250	-

	Semestre findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2024	Semestre findo em 31/12/2023	Exercício findo em 31/12/2023
Despesas	(6.468)	(12.081)	(3.428)	(7.176)
Benefícios de curto prazo a administradores	(3.134)	(6.642)	(3.357)	(7.036)
Benefícios pós-emprego	(97)	(189)	(71)	(140)
Incentivo em ações	(3.237)	(5.250)	-	-

13. Depósitos judiciais e provisões para ações judiciais

13.1. Depósitos judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão contemplados na rubrica “Outros créditos – depósitos judiciais” no ativo realizável a longo prazo e são compostos conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2024	2023
Tributárias:		
COFINS	6.196	5.974
PIS	1.097	1.050
Imposto de renda	-	83
Outros	199	192
Trabalhistas:		
Ações trabalhistas	44	41
Total	7.536	7.340
Não circulante	7.536	7.340

13.2. Movimentações das provisões para ações judiciais

Os saldos das provisões para passivos de ações cíveis, trabalhistas e obrigações legais estão contemplados na rubrica “Outras obrigações – provisões” (vide nota 10).

A movimentação das ações judiciais da Companhia está demonstrada a seguir:

Descrição	Saldo em 01/01/2023	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldos em 31/12/2023
Tributárias:					
PIS	345	-	17	-	362
COFINS	1.671	-	84	-	1.755
Honorários	759	4	84	-	847
Subtotal	2.775	4	185	-	2.964
Total	2.775	4	185	-	2.964
Não circulante					2.964

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldo em 31/12/2024
Tributárias:					
PIS	362	-	14	-	376
COFINS	1.755	-	69	-	1.824
Honorários	847	-	87	(5)	929
Subtotal	2.964	-	170	(5)	3.129
Total	2.964	-	170	(5)	3.129
Não circulante					3.129

13.3. Obrigações fiscais

COFINS / PIS

A Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição da COFINS e do PIS nos moldes previstos na Lei nº 9.718/1998, que determina a apuração das bases de cálculo mediante o cômputo da totalidade das suas receitas, entendendo como devido o produto das vendas de mercadorias e/ou serviços, requerendo sob a forma de compensação ou restituição, os créditos correspondentes aos valores pagos a esse título. Com a promulgação da Lei nº 11.941/2009, que revogou a ampliação da base de cálculo sobre outras receitas, passou, a partir da competência de 06/2009, a recolher as contribuições somente sobre a receita de sua atividade principal. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda com base na receita da atividade principal e possível a perda da demanda referente à ampliação da base de cálculo (outras receitas), que não está provisionado por não se tratar de uma obrigação legal. Os valores relativos ao PIS e COFINS sobre a receita da atividade estão integralmente provisionados.

13.4. Contingências

Em 31/12/2024, o valor total em discussão dos processos fiscais cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas e pela Administração é de R\$ 18.178 (R\$ 17.353 em 2023), composto principalmente por auto de infração lavrado contra a Companhia, em que se questiona a dedutibilidade da amortização de ágio oriundo de incorporação da Sul América Investimentos S.A., nos anos calendários 2008 a 2010 e PIS e COFINS incidentes sobre a Receita Financeira.

Em 31/12/2024, o valor total em discussão dos processos judiciais trabalhistas, cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" e que não são provisionados conforme orientação normativa é de R\$ 2.556 (R\$ 2.399 em 2023).

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social

Em 31/12/2024 e 2023, o capital social da Companhia, é representado por 46.249.559 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizado, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24/07/2019. São assegurados aos acionistas dividendos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em consonância com a legislação em vigor.

14.2. Reservas de lucros

O total das reservas de lucros da Companhia, em 31/12/2024, é de R\$ 71.766 (R\$ 28.520 em 2023), composto, basicamente, por reserva estatutária e pela constituição da reserva legal, que é calculada com base no lucro líquido apurado em cada balanço, sendo destinados 5% para a constituição da reserva legal, até que alcance 20% do capital social.

14.3. Distribuição de dividendos

Os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30/04/2024, R\$ 5.477 para distribuição do dividendo obrigatório, correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado e R\$ 16.432 para distribuição de dividendo complementar, à razão de R\$ 0,47 (em reais) por ação do montante total declarado, a serem pagos a partir da data da referida Assembleia.

15. Distribuição do resultado

Descrição	2024	2023
Lucro antes dos impostos e participações	99.889	32.851
(-) Impostos e contribuições	(18.085)	(7.143)
(-) Participações	(3.537)	(2.645)
Lucro líquido do exercício	78.267	23.063
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(3.913)	(1.154)
Lucro líquido ajustado	74.354	21.909
Dividendos obrigatórios		
25% do lucro líquido ajustado	18.589	5.477
Saldo dos dividendos obrigatórios	18.589	5.477
Dividendos adicionais propostos	55.765	16.432
Total dos dividendos	74.354	21.909

16. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

O resultado de operações com títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 17.776 (R\$ 11.516 em 2023) é composto basicamente por rendimentos de Cotas de Fundo de Investimento e Fundos de renda fixa públicos.

17. Receita de prestação de serviço

Descrição	Semestre findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2024	Semestre findo em 31/12/2023	Exercício findo em 31/12/2023
Administração de fundos de investimento	25.343	45.805	20.163	35.479
Administração de carteiras de títulos e valores mobiliários	3.007	5.791	2.483	5.354
Taxas de performance	1.285	8.246	(182)	294
Total	29.635	59.842	22.464	41.127

18. Despesa de pessoal

Descrição	2024		2023	
	Semestre findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2024	Semestre findo em 31/12/2023	Exercício findo em 31/12/2023
Remunerações	(6.257)	(12.981)	(6.512)	(12.922)
Incentivo em ações	(3.237)	(5.250)	-	-
Encargos sociais	(1.710)	(3.584)	(1.650)	(3.180)
Indenizações e rescisões	(250)	(391)	(148)	(600)
Vale alimentação, refeição e transporte	(390)	(769)	(344)	(678)
Seguro de vida, saúde e odontológico	(172)	(480)	(199)	(373)
Previdência privada	(149)	(338)	(72)	(188)
Outros benefícios	(52)	(82)	(11)	(39)
Total	(12.217)	(23.875)	(8.936)	(17.980)

19. Outras despesas administrativas

Descrição	Semestre findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2024	Semestre findo em 31/12/2023	Exercício findo em 31/12/2023
Processamento de dados	(1.464)	(2.449)	(1.185)	(2.399)
Repasse de comissão	(201)	(744)	(630)	(1.267)
Serviços de custódia	(2.343)	(3.867)	(1.638)	(3.204)
Propaganda e publicidade	(910)	(1.237)	(518)	(820)
Serviço técnico especializado	(665)	(1.487)	(727)	(1.290)
Aluguéis	(426)	(887)	(257)	(446)
Transporte	(312)	(550)	(216)	(424)
Material e manutenção de bens	(16)	(84)	-	(29)
Depreciações e amortizações (a)	(173)	(283)	(1.329)	(3.885)
Outras despesas	(996)	(1.366)	(675)	(919)
Total	(7.506)	(12.954)	(7.175)	(14.683)

(a) Em 2023, o valor de R\$ 3.686 é referente a amortização do ágio e da mais valia dos ativos registrados a valor justo da O10 Participações S.A. por meio de combinação de negócios até setembro de 2023, a partir de outubro do mesmo ano tal amortização foi descontinuada pela venda do investimento em coligada indireta.

20. Demonstração dos cálculos de Imposto de renda pessoa jurídica e Contribuição social sobre o lucro líquido

As despesas com imposto de renda e contribuição social em 31/12/2024 e 2023 são compostas como segue:

Descrição	2024	2023
Diferido:		
Imposto de renda	108	386
Contribuição social	64	232
Corrente:		
Imposto de renda	(11.152)	(4.698)
Contribuição social	(7.105)	(3.063)
Total	(18.085)	(7.143)

O imposto de renda e a contribuição social de 31/12/2024 e 2023, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2024	2023
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	99.889	32.851
Despesa com imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(39.956)	(13.141)
Alíquota nominal	40%	40%
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:		
Equivalência Patrimonial	8.038	6.229
Amortização/Realização de Ágio e Mais Valia	7.143	(1.474)
Ajuste de equivalência patrimonial coligadas desinvestidas (a)	6.994	-
Outros	(304)	1.243
Receitas/ (Despesas) na demonstração do resultado	(18.085)	(7.143)
Alíquota efetiva	18,11%	21,74%

(a) Alienação da participação acionária detida na O10 Participações S.A.

21. Administração de fundos de investimentos e carteiras administradas

Os patrimônios líquidos, em 31/12/2024, dos fundos de investimento e carteiras administradas pela Companhia somados àqueles geridos pela sua controlada SAGA totalizavam R\$ 82.616 (R\$ 64.180 em 2023), sendo R\$ 27.872 (R\$ 21.847 em 2023) provenientes da Rede D'Or. e suas controladas, e R\$ 54.744 (R\$ 42.333 em 2023) provenientes de clientes institucionais (fundos de pensão, seguradoras e empresas), distribuidores externos e clientes pessoa física.